



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

1
[Handwritten signature]

45/2017

**CONTRATO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA, PELO
VALOR GLOBAL DE 78.000,00€, SEM IVA INCLUÍDO**

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano 2017, em Loulé, no Edifício dos Paços do Concelho, perante mim, Maria Ricardo Correia Pinto Guerreiro, oficial público dos contratos, da Câmara Municipal de Loulé, conforme despacho emitido pelo Senhor Presidente da Câmara no dia vinte e um de Outubro de dois mil e treze, é celebrado o presente contrato:-----

Entre o **MUNICÍPIO DE LOULÉ**, pessoa coletiva número 502098139, com sede na Praça da República, em Loulé, representado por **VÍTOR MANUEL GONÇALVES ALEIXO**, na qualidade de seu Presidente, com poderes para o ato, nos termos legais e a firma **PROSEGUR COMPANHIA DE SEGURANÇA, LDA**, com sede na Av. Infante D. Henrique, 326, Lisboa, com o capital social de 500.000,00€, com o número único de matrícula e pessoa coletiva 501290567, representada por **LUIS EDUARDO MARTINS CORREIA BATISTA**, portador do cartão de cidadão número 07722650-OZY1, válido até 12 de março de 2020, contribuinte número 186583850 na qualidade de procurador, com poderes para o acto conforme procuração datada de 19 de maio de 2014, é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

PRIMEIRA: Por despacho do Sr. Vice-Presidente de **20 de fevereiro de 2017**, e na sequência do concurso público, cujo anúncio foi publicado no Diário da Republica número 8, II Série de 11 de janeiro de 2017, foi adjudicado à firma **PROSEGUR COMPANHIA DE SEGURANÇA, LDA**, o contrato de "SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA," pelo valor global de 78.000,00€ (setenta e oito mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme caderno de encargos e proposta do adjudicatário, e demais elementos patentes no concurso que se consideram integrados no presente contrato, tendo o encargo cabimento na rubrica orçamental **02/02.02.18**;-----

A despesa referente a este contrato tem o compromisso orçamental n.º **3654** e o LCPA n.º **4882 e 5077**, no âmbito do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06;-----

SEGUNDA: O objecto do contrato consiste na prestação de serviços de segurança privada, conforme se descreve no caderno de encargos e na proposta do prestador de serviços que se dá por inteiramente reproduzida; -----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

TERCEIRA: O contrato inicia-se na data da sua assinatura e vigora até 31 de dezembro de 2017;-----

QUARTA: A prestação de serviços terá lugar de acordo com as solicitações da Divisão de Proteção Civil e Vigilância do Município de Loulé. A Edilidade não fica obrigada a completar, no período de vigência do contrato a aquisição das quantidades de serviços indicadas no mapa de quantidades constante da parte II do caderno de encargos, uma vez que as mesmas são meras estimativas. Caso o contrato se extinga no término do prazo previsto, sem que se tenha solicitado serviços no valor global do contrato, não poderá em caso algum, por esse facto, o prestador de serviços reclamar qualquer tipo de indemnização à Câmara Municipal de Loulé;-----

QUINTA: O prestador de serviços obriga-se a cumprir o artigo 4 da parte I – Clausulas Gerais do caderno de encargos;-----

SEXTA: O prestador de serviços será responsável por todos e quaisquer danos e prejuízos, causados à Edilidade e a terceiros, que resultem das atividades exercidas no âmbito da prestação de serviços contratada. O prestador de serviços fica obrigado a dispor de apólices de seguro válidas, contra acidentes de trabalho, relativamente a todo o pessoal que presta serviço e a terceiros, e de responsabilidade civil nos termos previstos na Lei n.º 34/2013, de 16 de maio;-----

SÉTIMA: As quantias devidas são pagas no prazo de 60 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva. O prestador de serviços apresentará a fatura relativa a cada serviço prestado, de acordo com os preços unitários apresentados na proposta, devidamente acompanhada de relatório de execução de serviços. O pagamento dos serviços efetuados apenas será processado, após a aprovação do relatório de execução de serviços, uma vez que se considera o serviço como executado, apenas após o cumprimento desta formalidade. Em caso de discordância por parte da Edilidade quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários, proceder à emissão de nova fatura corrigida ou emitir nota de crédito. Não são autorizados adiantamentos por conta de serviços a prestar;-----

OITAVA: De acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 34/2013, de 16 de Maio, o prestador de serviços e consequentemente o pessoal de segurança privada afecto



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

3

MAC

ao mesmo obriga-se a manter confidencialidade de toda a informação a que, eventualmente, venha a ter acesso no âmbito da presente prestação de serviços, não transmitindo a terceiros ou fazer uso e/ou aproveitamento do que não seja destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.-----

NONA: O controlo e a fiscalização dos trabalhos será efectuado de acordo com o artigo 5º da parte I- Cláusulas gerais do caderno de encargos;-----

DÉCIMA: Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas. Não constituem força maior, o número 3 do artigo 11.º da parte I – Cláusulas técnicas do caderno de encargos. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior;-----

DÉCIMA PRIMEIRA: Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, a Edilidade pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de acordo com o definido no artigo 10.º da parte I – cláusulas técnicas do caderno de encargos que aqui se dá como reproduzido;-----

DÉCIMA SEGUNDA: O valor global de 78.000,00€ (setenta e oito mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo o valor unitário de 9,75€ por hora;-----

DÉCIMA TERCEIRA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Edilidade pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos: -----

a) Quando se verificarem três incumprimentos; -----


CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

b) Quando se verificar que o objeto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo prestador de serviços.-----

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;-----

DÉCIMA QUARTA: A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.-----

DÉCIMA QUINTA: Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado o foro dos tribunais com competência territorial no concelho de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.-----

DÉCIMA SEXTA: Que, nos casos omissos ao presente contrato, ou aos documentos a ele anexos, aplicar-se-ão as normas legais em vigor e supletivamente o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e restante legislação aplicável. -----

Que este contrato foi precedido de minuta, aprovada por despacho do Sr. Vice-Presidente de 20 de fevereiro de 2017, e aceite pela representada do segundo outorgante.-----

Do presente contrato fazem parte:-----

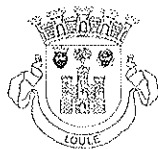
- Programa de Procedimento;-----
- Caderno de Encargos;-----
- Proposta do adjudicatário;-----
- Deliberações de Câmara e Informações técnicas.-----

E, que ambos os outorgantes aceitem este contrato nos precisos termos exarados, de que tomaram integral conhecimento, assim como dos documentos anexos, que depois de lido vai ser assinado por todos os intervenientes.-----

O PRIMEIRO OUTORGANTE,

O SEGUNDO OUTORGANTE,

PROSEGUR
COMPANHIA DE SEGURANÇA, Lda



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

O OFICIAL PÚBLICO DOS CONTRATOS,

João Ricardo Correia Furtado

